

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.778.546 - MG (2020/0275831-0)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**  
**AGRAVADO : GERALDINA MARIA DE JESUS**  
**ADVOGADO : MARCIO AURELIO FERREIRA PESSOA - MG171246**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo apresentado pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, assim resumido:

PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. PENSÃO POR MORTE. ÓBITO EM 23.07.2002, POSTERIOR À LEI Nº 9.528/97. TRABALHADOR RURAL. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL. PERCEPÇÃO DE RENDA MENSAL VITALÍCIA. POSSIBILIDADE. REQUISITOS ATENDIDOS.

1. Sentença proferida na vigência do novo CPC/2015: remessa oficial não conhecida, a teor art. 496, § 3º, I, do novo Código de Processo Civil.
2. O benefício de pensão por morte de trabalhador pressupõe: a) óbito do instituidor que mantinha a condição de segurado; b) qualidade de dependente; e c) dependência econômica (art. 74 da Lei 8.213/91).
3. Início de prova material: registro civil de casamento, realizado em 18.09.1957, na qual consta a profissão do falecido como lavrador (fl. 12).
4. A prova oral produzida nos autos confirma a qualidade de trabalhador rural do falecido (fls. 47/49).
5. Na data da concessão do benefício assistencial o segurado falecido havia preenchido os requisitos para obtenção do benefício por idade, razão pela qual deve ser reconhecido o direito dele à aposentadoria por idade, e, via de consequência, o direito da parte autora à concessão do benefício de pensão por morte.
6. Compete à Autarquia Previdenciária, dentre suas funções essenciais, a prestação efetiva de serviços de atendimento e orientação aos segurados usuários, conforme se extrai da Lei 8.213/91. Na espécie, todavia, verifica-se que esse dever legal de prestação efetiva de serviços de atendimento e orientação aos segurados usuários não foi observado, não podendo a parte ré beneficiar-se de sua própria torpeza, alegando que o

entendimento acima esposado não poderia ser adotado em face da ocorrência da decadência para revisão do benefício.

7. Honorários de advogado: majorados em 2% (dois por cento), a teor do disposto no artigo 85, §§ 2º, 3º e 11º do CPC, totalizando o quantum de 12% (doze por cento) calculado sobre as parcelas vencidas até a data da prolação da sentença.

8. Remessa oficial não conhecida. Apelação não provida.

Alega violação dos arts. 7º, § 2º, da Lei n. 6.179/1974; 102, § 2º, da Lei n. 8.213/1991; e 21, § 1º, da Lei n. 8.742/1993. Afirma que a Renda Mensal Vitalícia por incapacidade não gera qualquer direito à terceiros, inclusive pensão por morte, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

A RENDA MENSAL VITALÍCIA POR INCAPACIDADE, prevista pela Lei n. 6.179, de 11 de dezembro de 1974, que instituiu amparo previdenciário para maiores de setenta anos de idade e para inválidos, e dá outras providências, não gera qualquer direito à terceiros, inclusive, pensão.

O acórdão recorrido fere a Lei n. 6.179, de 11 de dezembro de 1974, artigo 7º, Parágrafo 2º, que dispõe:

(...)

Ademais, o falecido foi beneficiado pela mencionada Lei 6.179/74, atualmente substituída pela expressa disposição da Lei n. 8.742/93, que também não gera pensão, tratando-se de mera assistência social.

Por outro lado, o parágrafo 2º do artigo 102 da Lei 8.213/91, prevê:

(...)

Assim, este benefício se extingue com a morte do beneficiário nos termos do artigo 21, § 1º, da Lei n. 8.742/93:

(...)

Conclui-se que trata-se de benefício assistencial, personalíssimo e intransferível que cessa com a morte do assistido ou com a superação das causas que deram ensejo a sua concessão, nos termos do artigo 21, § 1º da Lei n. 8.742/93, e artigos 35 e 36 do Decreto n.º 1.744/95. Portanto não há possibilidade de conversão em pensão por morte.

Por fim, observa-se nos autos que o instituidor do benefício encontrava-se incapacitado desde o ano de 1979, quando começou a receber a renda mensal vitalícia por INCAPACIDADE, motivo pelo qual resta incontestável que não laborou no meio rural até a data do seu óbito, perdendo, portanto, a qualidade de segurado (fls. 243/245).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na espécie, o acórdão recorrido assim decidiu:

4. A concessão de pensão por morte rege-se pelo princípio do *tempus regit actum* isto é, pela lei vigente na data de falecimento do instituidor, que, no caso, é 23.07.2002 (fl. 13).

5. O benefício de pensão por morte de trabalhador rural pressupõe: a) óbito do instituidor que mantinha a condição de segurado; b) qualidade de dependente; e c) dependência econômica (art. 74 da Lei 8.213/91).

6. Ressalte-se que a morte restou comprovada, conforme certidão de óbito coligida à fl. 13.

7. Para comprovar o exercício de atividade rural do casal, juntou a parte autora registro civil de seu casamento, realizado em 18.09.1957, na qual consta a profissão dele como lavrador (fl. 12).

8. Configura, pois, início razoável de prova material da atividade de rurícola em atenção à solução pro mísero, adotada no âmbito do Colendo STJ e pelos Tribunais Regionais Federais. O entendimento foi, inclusive, recebido pela Turma Nacional de Uniformização dos JEFs, pela Súmula nº 6, que enuncia: "A certidão de casamento ou outro documento idôneo que evidencie a condição de trabalhador rural do cônjuge constitui início razoável de prova material da atividade rurícula".

9. As testemunhas ouvidas comprovaram a condição de lavrador do falecido, eis que afirmaram que ele trabalhava como lavrador, em regime de economia familiar (fl. 47/49).

10. Observo que, no caso dos autos, o benefício percebido pelo falecido era o amparo social a pessoa idosa, prestação assistencial que não gera direito a pensão (fl. 113).

**11. No entanto, conforme o entendimento jurisprudencial consolidado desta Corte, o direito à pensão por morte pode ser reconhecimento caso a pessoa apontada como instituidora haja anteriormente preenchido os requisitos para a obtenção do benefício de aposentadoria, de invalidez, como no caso.**

**12. Ademais, compete à Autarquia Previdenciária, dentre suas funções essenciais, a prestação efetiva de serviços de atendimento e orientação aos segurados usuários, conforme se extrai da Lei 8.213/91. Na espécie, todavia, verifica-se que esse dever legal de prestação efetiva de serviços de atendimento e orientação aos segurados usuários não foi observado, não podendo a parte ré beneficiar-se de sua própria torpeza, alegando que o entendimento acima esposado não poderia ser adotado em face da ocorrência da decadência para revisão do benefício.**

13. Prevê a Lei nº 8.213/91, na redação do artigo 16, I:  
(...)

14. A autora sustenta a condição de cônjuge e, como tal, a dependência necessária à obtenção do benefício.

15. A sentença merece ser confirmada, portanto, com relação ao

deferimento do benefício da pensão por morte, a que faz jus a parte autora (fls. 231/233, destaque meu).

Aplicável, portanto, o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que as razões recursais delineadas no especial estão dissociadas dos fundamentos utilizados no aresto impugnado, tendo em vista que a parte recorrente não impugnou, de forma específica, os seus fundamentos, o que atrai a aplicação, por conseguinte, do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, esta Corte Superior de Justiça já se manifestou na linha de que, “não atacado o fundamento do aresto recorrido, evidente deficiência nas razões do apelo nobre, o que inviabiliza a sua análise por este Sodalício, ante o óbice do Enunciado n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal”. (AgRg no AREsp n. 1.200.796/PE, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 24/8/2018.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no Resp 1.811.491/SP, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 19/11/2019; AgInt no AREsp 1637445/SP, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 13/8/2020; AgInt no AREsp 1647046/PR, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 27/8/2020; e AgRg nos EDcl no REsp n. 1.477.669/SC, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 2/5/2018.

Ademais, incidem os óbices das Súmulas n. 282/STF e 356/STF, uma vez que a questão, sob o viés dos dispositivos tidos por violados, não foi examinada pela Corte de origem, tampouco foram opostos embargos de declaração para tal fim. Dessa forma, ausente o indispensável requisito do prequestionamento.

Nesse sentido: “O requisito do prequestionamento é indispensável, por isso que inviável a apreciação, em sede de recurso especial, de matéria sobre a qual não se pronunciou o Tribunal de origem, incidindo, por analogia, o óbice das Súmulas 282 e 356 do STF. 9. *In casu*, o art. 17, do Decreto 3.342/00, não foi objeto de análise pelo acórdão recorrido, nem sequer foram opostos embargos declaratórios com a finalidade de prequestioná-lo, razão pela qual impõe-se óbice intransponível ao conhecimento do recurso quanto ao aludido dispositivo”. (REsp 963.528/PR, relator Ministro Luiz Fux, Corte Especial, DJe de 4/2/2010.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: REsp n. 1.160.435/PE, relator Ministro Benedito Gonçalves, Corte Especial, DJe de 28/4/2011; REsp 1.730.826/MG, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 12/2/2019; AgInt no AREsp 1.339.926/PR, relator Ministro Raul Araújo,

# *Superior Tribunal de Justiça*

Quarta Turma, DJe de 15/2/2019; e AgRg no REsp 1.849.115/SC, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 23/6/2020.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente